

A CAMINHO DE UMA HISTÓRIA NACIONAL: A PRÉ-HISTÓRIA DA 'HISTÓRIA GERAL DO BRASIL' NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XIX*

On the way to national history: The prehistory of the 'História Geral do Brasil' in the first half of the nineteenth-century

Christian Hausser**
cekaha@icloud.com

Resumo: O artigo trata da pré-história da historiografia nacional no Brasil no século XIX. Até agora, a formação da 'História do Brasil' como gênero específico historiográfico que corresponde à nova situação do Brasil como país independente foi mais ou menos entendido como uma linha reta que vai do ensaio de Carl Friedrich Philipp von Martius 'Como se deve escrever a História do Brasil' até a 'História Geral do Brasil' de Francisco Adolfo de Varnhagen. Uma tal perspectiva tem desleixado o fato que ambos os trabalhos formam tão-somente a última etapa de um processo mais longo durante o qual foi sondada a possibilidade de uma tal projeto e os requisitos para esse. Ao estudar as exigências conceituais e metódicas, o artigo não somente revela as discussões historiográficas que precederam à 'História Geral do Brasil', senão remete às condições nas quais o gênero em geral e a obra varnhageniana em particular podiam ter sucesso.

Palavras-chave: Historiografia. Brasil. Século XIX.

Abstract: This article studies what can be called the 'prehistory' of nineteenth-century Brazilian national history. The emergence of the 'History of Brazil' as a specific historiographic genre proper to the country's new status as an independent state is still seen as a route running directly from Carl Friedrich Philipp von Martius' essay 'Como se deve escrever a História do Brasil' to Francisco Adolfo de Varnhagen's 'História Geral do Brasil'. Such a perspective neglects the fact that both works rather constitute the last stage in a longer process during which the possibility of such a project and its preconditions have been sounded out. By studying the genre's conceptual and methodical requirements, the article not only reveals the historiographic discussions previous to the 'História Geral do Brasil' but also shows the conditions necessary

* Artigo escrito especialmente para a *Revista Expedições: Teoria da História e Históriaografia*. Originalmente escrito em língua alemã. A revisão da versão em língua portuguesa do presente artigo foi efetivada por Eduardo Henrique Barbosa de Vasconcelos, professor de História da Universidade Estadual de Goiás-UEG. e-mail: eduardo.vasconcelos@ueg.br

** Professor Hausser é historiador com especialização em história latino-americana. Graduiu-se em História Contemporânea e Filosofia na Universidade Eberhard-Karl em Tübingen, Alemanha. Em 2006 concluiu o doutorado em História Medieval e Moderna na Universidade de Hamburgo, Alemanha, com um trabalho sobre o conceito de 'civilização' no Brasil oitocentista. Em Hamburgo, na Alemanha, trabalhou como docente e Professor Titular Substituto. Desde 2009 é Professor na Universidade de Talca, Chile. As suas áreas de pesquisa incluem a linguagem política da independência latinoamericana, a história político-cultural dos impérios ibero-americanos, conceitos de espaço na América Latina (séculos XVI a XIX) e a história da historiografia. Foi 'Investigador Invitado' do *Centro de Estudios de Historia de México CONDUMEX* e do *Center for New World Comparative Studies Fellow*, John Carter Brown Library, EUA. É autor do livro *Auf dem Weg der Zivilisation. Geschichte und Konzepte gesellschaftlicher Entwicklung in Brasilien 1808 bis 1871, Stuttgart: Franz Steiner Verlag, 2009*. No âmbito dos temas do seu interesse tem, ademais, publicado artigos e organizados.

for the success of the genre in general and Varnhagen's work in particular.

Keywords: Historiography. Brazil. 19th. Century.

Introdução

Quando em 1854 foi publicado o primeiro tomo do livro 'História Geral do Brasil' de autoria de Francisco Adolfo de Varnhagen, a partir de então foi considerado como a representação obrigatória do país independente, trancorrido, naquele momento, já três décadas. A essa reputação corresponde que os estudos acerca da historiografia brasileira, desde então, têm focalizado em Varnhagen e no ensaio 'Como se deve escrever a História do Brasil' do naturalista alemão Carl Friedrich Philipp von Martius, visto como fundamento conceitual da historiografia brasileira oitocentista (GUIMARÃES & GLEZER, 2013; DIENER & COSTA, 2012; GUIMARÃES, 2011; CEZAR, 2010; CEZAR, 2007; WEHLING, 1999).

Além disso, crescem as pesquisas e o interesse em termos institucionais, pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IGHB, fundado em 1838 (GUIMARÃES, 1995). Este interesse tem a sua justificativa também na relevância da busca pela identidade nacional na formação de estados após a independência latinoamericana em que se atribuí um papel proeminente justamente à interpretação do passado nacional. O foco estava naquelas interpretações historiográficas que haviam formado e definido a auto-compreensão nacional. Enquanto para o século XIX os estudos têm sublinhado o caráter de processo da formação dos estados-nacionais no século XIX, eles continuam comprometidos com o que são considerados as obras principais definidoras. (PALACIOS, 2009). Isso leva, em consequência, ao descuido do fato que, essas obras, tanto em formas simbólicas, quanto em forma de texto, muitas vezes, faziam parte de um processo historiográfico mais longo.

A difícil relação entre independência e historiografia e com isso também o caminho problemático para a elaboração de uma imagem histórica nacional não tem chamado muita atenção, tampouco no caso brasileiro (CEZAR, 2011; ARAÚJO, 2008). A preocupação com a pré-história da 'História Geral do Brasil' também se complicou pela recusa de reconhecer o estatus de cientificidade da historiografia brasileira

oitocentista (ARRUDA & TENGARRINHA, 1999, cap. 3 e 4). As obras da primeira metade do século XIX mostram, contudo, um juízo claro acerca das limitações que os próprios autores tinham da historiografia pós-colonial. A discussão dos trabalhos da época, desse modo, dão a entender as exigências metódicas e conceituais subjacentes à uma história nacional e às condições para que ela pudesse ser reconhecida como tal.

Em Busca de uma História Nacional

Ainda que com a publicação da obra principal varnhageniana o passado pareça ter alcançado a sua forma mais sublime, ela não era a primeira do seu gênero. Três décadas antes já se tinha empreendido escrever uma história própria para o país recém-independente. Essa história saiu por incumbência do próprio imperador, desejando em 1825 que não se caísse no esquecimento os acontecimentos do passado mais recente. Ainda que motivado pelo anseio de Dom Pedro I de ver avaliado os seus méritos pela independência do Brasil, essa avaliação deveria acontecer, neste momento, num âmbito estritamente nacional. É significativo como o início da obra coincide em termos cronológicos com aquele momento em que Pedro subiu pela primeira vez ao palco político de forma exposta. A data estabelecida para começar a obra foi o 26 de fevereiro de 1821, o dia em que Pedro pressionou o seu pai Dom João a reconhecer a constituição que as cortes, em Lisboa, iam elaborar e a cambiar os seus ministros (BARMAN, 1988, pp. 70 e passim).

Como autor da obra historiográfica foi escolhido José da Silva Lisboa por seu talento e erudição que caracterizassem o verdadeiro historiador.

Desejando S. M. o Imperador perpetuar a memória dos successo do Brazil, principalmente desde o memoravel dia 26 de fevereiro de 1821, e Reconhecendo que serão dignamente transmitidos á posteridade, pela historia, si desta se encarregar o Conselheiro José da Silva Lisboa, por nelle concorrerem com distinctos talentos e copiosas luzes todas as qualidades que constituem um verdadeiro historiador [...] (COLLEÇÃO, 1876-1891, pp. 5 e passim)

A decisão de Pedro de nomear José da Silva Lisboa como historiador foi algo problemático. Lisboa nasceu em 1756 na cidade de Salvador na Bahia. A sua ascensão

rápida na administração do império era vinculada ao traslado da côrte para o Brasil. Em 1808 integrou, entre outros, a “Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens” no Rio de Janeiro, a junta superior da administração portuguesa; além disso assumiu o cargo de censor do reino. Após a independência, Lisboa foi membro da Constituinte e, mais tarde, senador.

O destino político de Lisboa foi estreitamente vinculado à monarquia. A sua ascensão a uma dos personagens mais influentes no império coincidiu com a presença da estadia do monarca no Brasil e como grande partidário da monarquia e da unidade imperial se viu obrigado defender os dois contra tendências opostas, por exemplo como tradutor de Edmund Burke. Com a mesma veemência com que Lisboa deu resposta negativa a quaisquer tendências revolucionárias apoiou a unidade do imperio. Advogando primeiro a conservação do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e posteriormente o ‘Fico’, depois da separação do Brasil do império português defende a causa do país independente e a sua unidade, continuando um partidário leal da monarquia. Com a abdicação de Pedro I. e a volta dele para Portugal em 1831, Lisboa perdeu a sua referência mais importante, o seu protetor e, em última instância, a sua influência pública (PAQUETTE, 2009; MÜCKE, 2005; KIRSCHNER, 2003).

Durante toda sua vida, isto é, também depois da independência, Lisboa colocou a sua obra abrangente a serviço da monarquia. Apesar da sua posição próxima ao estado, ao soberano e da confiança que o imperador tinha nas suas capacidades historiográficas, o projeto era precário. Embora o autor já se tivesse se destacado com outras obras historiográficas, tinha-lhes negado o estatus de ‘história’. A ideia era que a obra encomendada pelo imperador iria tratar também a nível cronológico à “Memória dos benefícios políticos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI” de 1818. Mas era justamente essa ‘Memória’ que Lisboa tinha rejeitado ambições maiores, isto é historiográficas. Segundo o autor, na ‘Memória’ se trata de uma descrição sucinta dos acontecimentos e ações desde a nomeação de João como Príncipe Regente de Portugal em 1792. A tarefa mais importante é, na opinião de Lisboa, registrar os eventos do passado. A um tal registro de factos, o autor nega explicitamente o título de uma ‘Historia’ (LISBOA, 1818, p. V).

Poucos anos depois, a situação mudou. No seu decreto o imperador não tinha exposto em detalhe as exigências à ‘História’ que queria. Porém, Lisboa, apesar das

reservas anteriores, enfrentou a tarefa. A pesar das afirmações acerca da relevância da obra, o financiamento de um escrvão a serviço de Lisboa, que naquela altura tinha mais de setenta anos, era questionado. Ainda assim, somente um ano depois da decisão imperial, a obra estava concluída em forma da ‘*Historia dos Principaes Successos do Império do Brasil*’. O seu autor não mais tinha dúvidas em atribuir à sua obra o título de ‘*Historia*’ e considerar si mesmo como historiador.

Isso não significa que à publicação do livro era vinculada a mudança conceitual profunda. Se bem que, Lisboa se colocou a tarefa de descrever toda a historia brasileira como um processo coerente do desdobramento do processo civilizatorio, na verdade no decorrer da obra esse foco se perde cada vez mais, cedendo a uma enumeração cronológica dos grandes acontecimentos políticos do passado brasileiro (LISBOA, 1826, tomo I, pp. 21 e passim). Bem concentrado nas disputas políticas da sua própria época, a ‘*Historia*’ não logra o objetivo que se tinha posto a si mesmo, isto é, interpretar o passado brasileiro de maneira total e coerente, registrando de esa maneira a própria dinâmica do decurso histórico.

Apesar disso, a obra tinha muitos méritos. A ‘*História dos Principaes Successos do Império do Brasil*’ foi a primeira obra que não seguia mais a um padrão imperial; o olhar histórico agora se focou num Brasil independente; ademais era o primeiro livro de história publicado no Brasil. As suas tendências hagiográficas e a fixação nos acontecimentos importantes e os ‘grandes homens’ que participaram neles não prejudicaram a obra (ARAÚJO, 2010). As duas coisas – a orientação por um estado soberano, emergido de uma luta mais ou menos sacrificada e uma representação que destaca o elemento heróico – tanto na Europa quanto em outros países americanos formaram a base em que também a historiografia no Brasil se ia apoiar por muito tempo. A nível cronológico, a obra de Lisboa, porém, fracassou, pois com a independência, declarada em 1822 e reconhecida por Portugal quatro anos depois, privilegiou uma abordagem que põe em destaque uma luta política concluída, sem abrir à nova nação independente uma perspectiva orientada ao futuro.

Ainda assim, o trabalho de Lisboa foi superior a outros que o precederam ou iriam seguir. Isso vale para as ‘*Memórias para servir á Historia do Reino do Brazil*’ da pluma de Luiz Gonçalves dos Santos. O autor declara a sua intenção de escrever uma obra abrangente que inclui junto com aspetos políticos também econômicos e sociais. O

eixo da obra é a transferência da côrte para o Brasil. Com esse acontecimento teriam chegado prosperidade e grandeza ao *Estado do Brasil*, a parte maior e mais valiosa da monarquia portuguesa no continente americano, lançando assim os fundamentos de um grande império na América do Sul (SANCTOS, 1825, tomo 1, p. VI). Como Lisboa, Santos também insiste em recusar à sua obra o título de ‘História’. O autor entende o seu trabalho explicitamente como uma enumeração dos acontecimentos e como coleção de todas aquelas medidas que foram de relevância naquela época considerada pelo autor o início da felicidade dos brasileiros. Sem trabalhar o seu tema mais profundamente, Santos quer apenas registrar os eventos. A única coesão da obra consiste na ordenação cronológica do material e por isso não pode ser chamado de ‘História’ (SANCTOS, 1825, tomo 1, p. VI).

Por vários motivos, não era possível que a obra podesse ter êxito; por um lado, se limita aos treze anos entre 1808 e 1821 em que a monarquia portuguesa tinha a sua sede no Brasil. Além disso, o horizonte geográfico foi bastante estreito pois a descrição da política joanina foi vista de maneira bastante positiva, entre outros a civilização do sertão incluindo todas as regiões do país. Porém, o interesse do livro se concentra na corte no Rio de Janeiro que, sendo o centro político a través das leis e decretos que provêm dele, é o centro também das ‘Memórias’ (SANCTOS, 1825, tomo 1, p. VII).

Muito mais importante que a concentração geográfica e cronológica das ‘Memórias’ era, contudo, o seu horizonte político. O fundo como que natural da obra é a unidade das partes imperiais europeias e americanas. No centro da atenção estavam o Brasil e o *império* a ser construído ali. Esse espaço, ocasionalmente chamado de *reino*, permanece inserido no contexto político maior dos domínios da coroa portuguesa. Volta e meia foi invocado a unidade do império global luso, em primeiro lugar entre os territórios europeus e americanos. A promoção do Brasil à categoria de *reino* em 1815 tinha fortalecida essa união afirmando a igualdade das duas partes dentro de um conjunto político comum. Como *reino*, o Brasil foi incorporado na monarquia portuguesa e a hierarquia entre as diferentes partes imperiais abolida a favor de um império integral (SCHULTZ, 2001, pp. 189-233; LYRA, 1994, pp. 107-189). É essa unidade a que Santos se refere designando o reino brasileiro também como “lusitano” ou luso-brasileiro”.

Quando da publicação da obra em 1825 na cidade de Lisboa, essa constatação já

não tinha mais relação com a realidade política; as ‘Memórias’ tinham perdido o seu assunto. Santos reconhece essa evolução e se rende historiograficamente. No fim do segundo tomo, o autor decidiu suspender a sua obra. Ele não mais se via capaz de manter o passo com os acontecimentos incalculáveis que ocorriam cada vez mais rápidos, pressentindo dessa maneira o desmoronamento do conjunto imperial. O autor viu “a dificuldade de comemorar sucessos acontecidos no meio da agitação de animos, e de interesses difíceis de conciliar” (SANCTOS, 1825, tomo 2, pp. 417 e passim) e abandonou o seu trabalho. O mesmo vale para a cronologia política e histórica da pluma de Manoel Joaquim da Mãe dos Homens que poucos anos antes já tinha passado despercebido. Terminado em 1816, o estudo foi publicado somente 40 anos mais tarde e em extratos na revista do IHGB. Com a independência do Brasil, qualquer historiografia futura só podia e tinha que ser concebida somente em termos nacionais.

Também, com outras tradições era preciso romper. Desde a chegada dos portugueses no Brasil, tinha nascido um grande número de relatórios sobre os territórios ultramarinos deixando antever um futuro risonho. Mais ou menos definidos em termos temáticos, esses trabalhos contribuíram enquanto ‘crônicas’ ou ‘histórias’ ao conhecimento de diversos aspetos do passado colonial, muitas vezes em perspectiva contemporânea. Além disso, a ideia de um país promissor também precisava de informações para realmente poder aproveitar o potencial dos domínios ultramarinos.

Numerosos trabalhos corográficos ao longo dos séculos davam uma ideia do Brasil, indo das condições naturais, fauna, flora e geografia até à população, indígena e imigrada ao decorrer da colonização europeia, incluindo também aspetos históricos. Mesmo com o nome genérico de ‘corografia’ tais trabalhos contribuíam para que a coroa cada vez mais tivesse em mira as suas possessões americanas (Haußer, 2009, pp. 54-64). Entre as tais descrições travadas no início do século XIX, destacamos a ‘Corografia brasílica ou Relação historico-geográfica do Reino do Brasil’. O seu autor, Manuel Aires de Casal, apresenta o Brasil, desconhecido para os muitos europeus recém-chegados ao país no contexto do traslado da côrte de Lisboa ao Rio de Janeiro. Nesse sentido, primeiro se apresentam as varias provincias para seguir a isso com uma vista geral do país como todo. Aspetos históricos, porém, apenas jogam um papel subordinado. Sendo notorio o esforço de familiarizar os que chegaram faz poucos anos antes com o seu novo ambiente, a obra tem, segundo o anuncio do autor no prefácio,

como objetivo proporcionar conhecimentos, ao mesmo tempo, básicos e úteis (AIRES DE CASAL, 1976, p. XXX). Com exceção de um trabalho pequeno de 1829 – que trata da ‘*Corographia, ou abreviada história geographica do imperio do Brasil*’ de Domingos José Antonio Rebello, obra que apresenta as diversas províncias imperiais tratando, porém, da história brasileira somente em forma de breves apontamentos – essa abordagem não ia encontrar autores que seguissem nesse mesmo caminho.

Isso não significa que não tenham existido obras que, ao contrario aos trabalhos corográficos, tivessem um caráter histórico. Como outros, também o primeiro estudo historiográfico oitocentista se originou do contexto da transferência da corte para o Brasil. O título completo da obra, ‘*História nova, e completa da América, colligida de diversos authores, debaixo dos auspícios, e ordem de S. Alteza Real o Príncipe Regente Nosso Senhor*’ indica esse contexto. O autor, José Feliciano Fernandes Pinheiro, como que antecipa o traslado da corte historiograficamente em elaborar por ordem do Príncipe Regente uma obra cujo intuito era coligir a literatura mais recente e reproduzi-lá em forma sinóptica. Essa história, contudo, em termos espaciais vai muito além do Brasil, incluindo no seu horizonte toda a América (PINHEIRO, 1807).

Enquanto através da evolução política mais recente e a criação do Brasil independente se tinham perdido dimensões maiores, continentais ou transatlânticas, uma outra tradição historiográfica, não afetada por reviravoltas políticas e considerações metódicas, se mantinha: a história regional. Depois de José Feliciano Fernandes Pinheiro ter reunido em 1807 uma história de todo o continente americano, com os ‘*Annaes da Capitania de São Pedro*’ de 1819 ficou bem abaixo da barreira nacional (PINHEIRO, 1819). A obra se limita à província do Rio Grande do Sul onde Pinheiro começou a sua carreira à serviço do estado e aonde se retirou pelos fins da sua vida. Da mesma forma a pouca conhecida obra de José de Souza Gayozo sobre o Maranhão ainda tinha preferido as condições naturais e a descrição quantitativa da estrutura econômica e social do Maranhão antes de dar uma cronologia do passado, assim vinculando explicitamente o saber com uma orientação prática (GAYOZO, 1818). Nos vários tomos das ‘*Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias annexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*’ de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, originalmente projetados como uma história eclesiástica, se trata de um texto enumerativo, tendo a sua referência principal no sudeste brasileiro e o Rio de Janeiro

como seu centro. O autor salienta que não era o propósito escrever uma história do Brasil, senão que se tratava de “colligir os subsídios, que devem servir de base à quem, com penna culta, déstra, hábil e judiciosa, convier a composição d’ uma Historia perfeita do Continente Brasiliense” (ARAÚJO, 1820, tomo 1, p. XV).

A primeria região a chamar a atenção no novo império era o Pará. Tal como as obras regionais e também Aires de Casal, a ‘Corografia Paraense ou descrição física, historica e politica, da Província do Gram-Pará ‘visa ser em primeiro lugar um auxilio para uma política que aproveita de forma eficiente as possibilidades da região (SILVA, 1833). Apenas um ano depois saiu em forma das ‘Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a Historia civil e ecclesiastica, até a chegada d’El-Rei Dom João VI; além de noticias topographicas, zoologicas e botanicas’ uma outra obra escrita sob a perspectiva regional, desta vez da pluma de Balthazar da Silva Lisboa. Lisboa, igual ao seu irmão mais velho José, depois dos estudos seguiu por uma carreira administrativa e era membro de instituições importantes como a ‘Academia Real das Ciências’ em Lisboa e o IHGB. Junto com o anúncio de uma história civil e eclesiástica, a obra também continha informações corográficas (LISBOA, 1834). Ao contrário disso, o ‘Compêndio das Eras da Província do Pará’ de Antônio Ladislau Monteiro Baena, um português que tinha vindo no séquito do último vice-rei de Lisboa ao Brasil como jovem militar, radicando-se mais tarde no Pará, prescinde de qualquer descrição das condições naturais limitando-se, semelhante a um estudo corográfico publicado um ano depois, a um esboço cronológico de personagens históricos daquela região (BAENA, 1838; BAENA, 2004).

Um fundo parecido se nota num outro trabalho de cunho regional, as ‘Memórias históricas, e políticas da Província da Bahia’. O autor era o mesmo Ignacio Accioli de Cerqueira e Silva que em 1833 tinha escrito a corografia do Pará. Com a sua segunda obra, o jovem Silva, de 27 anos, apresentou um trabalho acerca daquela região a que emigrou desde Coimbra. Diferente à corografia do Pará, o estudo sobre a Bahia levou o título de ‘Memórias’, mas também essas ‘Memórias’ manifestam um interesse antes corográfico. Concebido no modo de uma ‘Memoria’, a obra apresentará os fatos e acontecimentos mais importantes da história antiga e mais recente da Bahia. Igual a Lisboa, Silva também sabe dos problemas da representação de acontecimentos contemporâneas. Referindo-se a Hume e Lisboa, Silva vê esses eventos tão envolvidos

com o tempo atual e os coetâneos que uma posição imparcial, no fundo, não seria possível. Ele, porém, não se importa com tais reservas, disculpando-se com o desejo pronunciado por vários lados conscientes das vantagens do saber histórico de ter uma exposição do passado (SILVA, 1835, tomo 1, p. VI). Silva sublinha o caráter de ciência auxiliar das ‘Memórias’. Ainda que frise o seu papel como cronista da Bahia, não deixa de apontar para uma tarefa historiográfica ainda por cumprir: uma história nacional brasileira (SILVA, 1835, tomo 5, Dedicatória).

Até então, todos os trabalhos realizados não conseguiram preencher esse vazio. Diferente do que sugere a afirmação de Silva acerca da uma História do Brasil ainda por escrever, bem havia ensaios nesse sentido desde o início do século. No contexto do traslado da corte e da abertura do país também cresceu o interesse pelo Brasil no estrangeiro. Trabalhos de historiadores estrangeiros, principalmente franceses e ingleses, tentaram de satisfazer esse interesse. No ano 1809 se publicou com a ‘History of Brazil’ do britânico Andrew Grant, a primeira história em língua não-portuguesa (GRANT, 1809), traduzida logo ao francês e ao alemão. Um pouco mais de uma década depois seguiu outra sinopse da pluma de James Henderson (HENDERSON, 1821). Ambos os autores, contudo, foram pouco considerados e as suas obras foram superadas pela ‘History of Brazil’ que Robert Southey publicou.

Southey era um representante do romanticismo na Inglaterra que deixou uma vasta obra literaria. Uma viagem a Portugal tinha despertado o seu interesse pelo país e as suas possessões ultramarinas de modo que decidiu escrever uma histórica sobre esse tema. A obra que surgiu em consequência dessa decisão se baseou em amplos fundamentos documentais, entre outros: jornais, memórias, relatórios de viagem e as obras da biblioteca do seu tio que tinha acompanhado as paróquias anglicanas no Porto e em Lisboa e que tinha formado uma biblioteca de tamanho considerável de Portugalica durante os 30 anos de estadia em Portugal. Projetado como parte de uma história de todas as partes do imperio português, a história de Southey, meticulosamente elaborada e publicada em três tomos entre 1810 e 1819, era a história mais abrangente depois da ‘Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro’ de Sebastião da Rocha Pita (SOUTHEY, 1822; PITA, 1730). Como muitos autores anglos-saxónicos tampouco Southey era muito propenso ao catolicismo. Apesar de que a ‘History of Brazil’ faça

elogios ao empenho dos jesuitas a favor da proteção dos indígenas, em geral a maneira como se realizou a colonização portuguesa é condenada, em especial a escravidão e os seus efeitos. Em 1822 a obra viveu uma segunda edição e permanecia na Grã-Bretanha a obra padrão acerca da história brasileira durante todo o século XIX (DIAS, 1974).

Também no Brasil, estimaram a obra de Southey por causa da sua minuciosidade. Em 1840 foi publicado um extrato em tradução portuguesa e com notas e correções do original, ainda que com treze páginas de dimensões lastimáveis (COSTA, 1864). No mesmo ano de 1840, Southey foi nomeado membro honorário do IHGB e por ocasião da sua morte quatro anos depois, elogiaram os seus méritos pela história, geografia indústria e agricultura do Brasil (PORTO ALEGRE, 1844; PROTOCOLO, 1840). Dois anos antes, um membro do IHGB já tinha recomendado a exatidão e imparcialidade do trabalho de Southey (OLIVEIRA, 1842; PROTOCOLO 1842). Da mesma forma, mais de 30 anos depois da publicação em inglês, Varnhagen, o futuro autor da almejada ‘História Geral do Brasil’, fez elogios à cientificidade da obra, consistindo no estudo metucioso das fontes e na quantidade vasta de notas de rodapé, considerando o livro o melhor de seu gênero no seu tempo (VARNHAGEN, 1844).

Porém, a ‘História’ de Southey somente ia até o ano 1808. Esse fato para o inglês John Armitage em meados dos anos 30 é motivo para ele compor uma continuação à obra de Southey. Armitage havia chegado ao Rio de Janeiro em 1828, entrando ali em contato com círculos liberais em torno de Evaristo da Veiga, o editor da influente ‘Aurora Fluminense’ e com José Bonifácio de Andrada e Silva. Baseando-se em documentos oficiais Armitage elabora uma minuciosa história do tempo entre 1808 até 1831, conferindo-lhe o título ‘The History of Brazil: from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Don Pedro the First in 1831’ (ARMITAGE, 1836). Ao contrário da obra de Southey, cuja tradução ao português ia demorar meio século, somente um ano depois da edição inglesa do livro de Armitage já saiu uma versão portuguesa. A ideia de Armitage era registrar a evolução mais recente do Brasil, tentando suprir a falta de conhecimento acerca de um dos parceiros comerciais mais importantes da Inglaterra; é sobretudo a nível político que o passado mais recente tem um juízo bastante favorável.

Em língua francesa existia somente uma obra criativa. Ainda antes da tradução da ‘History’ de Grant ao francês e o livro de Beauchamps que, em boa parte, é um

plágio do primeiro tomo de Southey, a sinopse de Ferdinand Jean Denis foi a única colaboração original de um autor francês. Denis era escritor e chegou no Brasil enquanto particular, mas no contexto da vinda de muitos artistas que João VI. Tinha chamado ao país a partir de 1816. Depois de ter retornado para França no ano 1825 escreveu um sumário da história brasileira e publicou, junto com Hippolyte Taunay, uma obra corográfica que incluiu também a história. Como parte de uma volumosa série que tinha como objetivo apresentar ao público francês as diversas culturas e sociedades do globo, em 1837 finalmente saiu uma corografia do Brasil dentro da qual Denis se encargou da parte histórica (DENIS & FAMIN, 1839). A ‘Histoire’ pretendia ser uma descrição global da evolução política, social, econômica e também científico-cultural do país e das suas diversas províncias. O seu fundamento se constituiu em documentos antigos e crônicas, ademais relatórios de viagem mais novos que permitem a Denis informar aos seus conterrâneos muitas vezes de forma muito detalhada sobre o passado brasileiro tanto mais antigo quanto mais recente. Como observa o autor no final da sua obra, os aspetos históricos formam uma parte proeminente dos diversos aspetos que visa apresentar, motivo pelo qual, e apesar do caráter corográfico, dá à sua obra o nome de ‘História’. Denis, porém, tem consciencia clara que não é capaz de entregar uma história no próprio sentido da palavra e por isso tem que limitar-se com a descrição dos fatos.

Mais il n’entre ni dans notre intention, ni dans le but de cette notice, d’écrire l’histoire politique du Brésil, qui est destinée un jour à offrir un si puissant intérêt; nous voulons constater uniquement certains faits historiques, sans l’examen desquels il serait sans doute impossible de comprendre les changements prodigieux qui s’opèrent, en moins de quelques années, dans la plupart des villes capitales (DENIS, 1839, p. 99).

O obstáculo mais importante de uma tal história consiste, segundo Denis, nas fontes ainda por recolher e coligir. Visto a escassa base documental, considerações mais avançadas respeito ao passado brasileiro não seriam possíveis. De que se trata é tão-somente e antes de tudo registrar os fatos do passado mais recente. Denis deixa aos leitores tirar as conclusões; ele mesmo se recusa, igual aos seus colegas no Brasil, a dar uma interpretação autoritativa da passado brasileiro (DENIS, 1839, p. 372).

Pouco tempo depois se publicou um resumo dos acontecimentos mais relevantes do passado brasileiro, projetado para o ensino nos colégios do país a que seguiu três

anos depois uma segunda edição, sendo, porém, apenas uma tradução corrigida e melhorada da obra de Denis (BELLEGARDE, 1834). Após quase uma década José Ignácio de Abreu e Lima apresenta a sua história. Tal como outros autores Lima também era um amador sem preparação específica historiográfica. Depois de uma carreira militar que lhe tinha levado aos Estados Unidos, a Colômbia e a Venezuela onde subiu até o posto de general e a chefe do estado-maior de Simón Bolívar durante a sua participação nas guerras de independência hispanoamericanas, passando pela França em 1832, ele voltou ao Brasil tornando-se aí um dos jornalistas e escritores mais polêmicos do país e, entre outros, uns dos primeiros propugnadores do ideário socialista (CHACON, 1983).

A história de Lima era concebida em primeiro lugar como um livro didático e foi bem discutida (LIMA, 1843, p. VIII). Como confessa no prefácio, a obra não se baseia em pesquisa própria; se trata antes de uma sinopse dos eventos mais importantes da história brasileira, coligidos pelo autor de outras obras históricas. Por consequência, as reações a esse livro foram ambíguas. A primeira resenha do ‘Compêndio’ acusou ao autor o seu empenho de colecionista reconhecendo, contudo, a sua imparcialidade e recomendou a obra como o resumo mais útil da história brasileira (ROMERO, 1960, pp. 1603 e passim). Francisco Adolfo Varnhagen, por outro lado, refutou o ‘Compêndio’ com veemência vendo nele antes de tudo um plágio da ‘Histoire du Brésil’, publicada em 1815 em Paris por Alphonse de Beauchamp que por sua vez foi considerado plagiador de Southey. De maneira minuciosa Varnhagen apresenta prova que Lima não só repete as ideias de Beauchamps, senão adota trechos inteiros quase literalmente (VARNHAGEN, 1844, pp. 63 e passim). A reação de Lima é de zombaria mordaz o que por sua vez provoca uma réplica de Varnhagen em que destaca a veracidade das suas observações. Com isso, porém, esse não conseguiu evitar que o livro se tornasse o livro didático oficial do ‘Colégio Pedro II’ (NEVES, 2007). A veemência da briga se deve também ao fato que uma ‘Historia do Brasil’ ainda não existia. Após a publicação do ‘Compêndio’ levaria outra vez mais que uma década até que essa ‘Historia’, escrita por Francisco Adolfo Varnhagen, finalmente saísse.

Conclusão

Nenhuma das muitas obras historiográficas que saíram após a independência do país, seja da pluma de autores nacionais, seja de estrangeiros, conseguiu resolver os problemas com os quais se viu confrontada a história nacional brasileira. Os trabalhos existentes muitas vezes se limitaram em termos temporais a si próprios, ou em tratar da longa época colonial ou em focalizar numa perspectiva contemporânea. Tampouco a nível político lograram manter-se na altura das novas circunstâncias. Enquanto o horizonte imperial até a independência constituía o plano de fundo mais ou menos explícito, depois de 1822 se revelou difícil acompanhar historiograficamente a transformação de um estado independente. Surpreendido com a separação do conjunto imperial luso e com a formação de um estado-nação autónomo, a historiografia não foi capaz de reagir às novas condições. Tampouco a primeira história comprometida com um âmbito nacional da autoria de José da Silva Lisboa conseguiu distanciar-se dos contextos tradicionais. Que as novas exigências nacionais eram demais também se manifesta na historiografia regional que vivencia uma conjuntura favorável. As muitas histórias regionais consideravam todo o passado desde a colonização portuguesa sob os mais variados aspetos sendo, porém, por causa das suas limitações geográficas incapazes de realizar, conseqüentemente, uma perspectiva nacional. Muitos trabalhos, portanto, deixaram vislumbrar uma afinidade à cronologia e às descrições de caráter corográfico. Isso vale também para livros sinópticos cuja índole fez com que tivessem que recorrer ao saber já existente, tendo o seu campo de ação sobretudo na comunicação de conhecimento nos colégios. Por conseguinte, na primeira metade do século XIX, poucas obras reivindicaram ser uma história global do Brasil, reclamando antes de tudo de forma modesta a qualidade de estudos provisórios ou preparativos para uma tal história. Tampouco as condições institucionais favoreceram o empreendimento de uma história nacional: as academias setecentistas, ainda que importantes como palco do intercambio intelectual acerca de temas literarias, as quais subsumiram também a historiografia, eram demasiado efêmeros para dar um apoio intelectual ou material para uma história nacional brasileira além da independência (KANTOR, 2004).

Seria, no entanto, erróneo condenar o período entre a independência até aos meados do século XIX como fracasso historiográfico. Com a falta de uma história

nacional que se fazia notar em medida crescente igual se volvia em uma tarefa cada vez mais urgente a cumprir, ocasionando um debate intenso acerca das bases dessa história até aos meados dos anos 40. Era o ‘Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro’ que constituiu a partir de 1838 o foro proeminente para deliberar o imaginário histórico pós-colonial. Elaborar as coordenadas da história brasileira incluiu também aqueles assuntos dos quais a historiografia já tinha tratado antes. Parte disso faziam não só a relação entre história colonial e nacional, o peso atribuído ao particular e ao todo mediante a história regional ou a orientação temática que junto com a história política dominante também prestava atenção aos processos sociais e culturais. Ainda mais importante era a pretensão de apresentar todos esses aspectos como um conjunto coerente a base de um sólido conhecimento histórico documentado.

Por mais deficitárias que tenham sido todas as obras nesse respeito – fato admitido em muitos casos pelos próprios autores – mesmo assim tinham o mérito de formar uma consciência aguçada por essas questões. Sem facilitar uma resposta, pelo menos tinham colocado na mesa aquelas perguntas que a partir de 1838 o IHGB tomaria como ponto de partida do seu trabalho a fim de promover o projeto de uma história nacional. Os fios que sobretudo Martius – seria de pensar em primeiro lugar ao ensaio ‘Como se deve escrever a História do Brasil’ (MARTIUS, 1844) – e Varnhagen retomaram para criar seu próprio tecido, saíram do fuso de outros. Sem o estado das coisas respeito à historiografia pós-colonial e os problemas que foram identificados pelos contemporâneos ou de forma explícita ou registrados antes implicitamente, porém, nem a obra martiusiana nem a varnhageniana pode ser explicada. Antes de mais, seria incompreensível o enorme sucesso da ‘História Geral do Brasil’, publicada a partir de 1854 por Varnhagen (VARNHAGEN, 1854; IGLÉSIAS, 2000, pp. 85 e passim; WEHLING, 1999, cap. 8). Era menos a maneira como Varnhagen encontrou uma resposta aos problemas deixados pelos antecessores, mas o fato que dentre todos ele encontrou uma solução que fez com que durante o século XIX a sua obra se tornasse a primeira obra de referência do passado brasileiro.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil*. 9 tomos em 10 volumes, Rio de Janeiro, 1820-1822.

ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. São Paulo: Hucitec, 2008.

__. Cairu e a Emergência da Consciência Historiográfica no Brasil (1808-1830). In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira, [et. all] (orgs.) *Estudos da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV Editora & FAPERJ, 2011. pp. 75-92.

ARMITAGE, John. *The History of Brazil, from the Period of the Arrival of the Braganza Family in 1808, to the Abdication of Don Pedro the First in 1831. Compiled from State Documents and Other Original Sources. Forming a Continuation to Southey's History of that Country*. 2 tomos, Londres 1836.

ARRUDA, José Jobson & TENGARRINHA, José Manuel. *Historiografia luso-brasileira contemporânea*. Bauru: EDUSC, 1999.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. *Compendio das Eras da Província do Pará*. Pará, 1838.

__. *Ensaio corográfico sobre a Província do Pará*. Edições do Senado Federal, vol. 30. Brasília, 2004.

BARMAN, Roderick J. *Brazil: the forging of a nation, 1798–1852*. Stanford, 1988.

BELLEGARDE, H[enrique] L[uíz] Niemeyer. *Resumo da Historia do Brazil*. Segunda edição, Rio de Janeiro, 1834.

DECUSÃO N. 6 (1825). In: *Collecção das Leis do Brazil*. Rio de Janeiro 1876–1891. Casal, Manuel Aires de. *Corografia brasílica ou Relação historico-geográfica do Reino do Brasil*. Prefácio de Mário G. Ferri, Belo Horizonte; São Paulo, 1976.

CEZAR, Temístocles. Lições sobre a escrita da história: as primeiras escolhas do IHGB. A historiografia brasileira entre os antigos e modernos. In: NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira, [et. all] (orgs.) *Estudos da Historiografia Brasileira*. Rio de Janeiro: FGV. Editora & FAPERJ, 2011.

__. Varnhagen em movimento: breve antologia de uma existência. In: Topoi - Revista de História Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Social da UFRJ / 7 Letras, v.8, n.15, p. 159 - 207, jul.-dez., 2007.

CHACON, Vamireh, *Abreu e Lima, General de Bolivar*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COSTA, José de Rezende. Conspiração em Minas Geraes no anno 1788. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1846. 2ª. Ed., 1867, pp. 297-310.

DENIS, Ferdinand Jean & Famin, C. *Histoire et description du Brésil, Colombie et Guyanes*, Paris, 1839.

DIAS, Maria Odila da Silva, *O Fardo do Homem Branco: Southey, historiador do Brasil*. Brasileira, São Paulo: Cia Nacional, 1974 (vol. 344).

DIENER, Pablo & COSTA, Maria de Fátima. *A América de Rugendas: obras e documentos*. São Paulo: Estação Liberdade, 1999.

Gayozo, Raymundo Jozé de Souza. *Compendio historico-politico dos principios da lavoura do Maranhão, Suas producçoens, e progressos, que tem tido até prezente, entraves que vão deteriorando; e meios Que tem lembrado para desvanecer-los, em augmento da mesma lavoura, e sem prejuizo do real patrimonio*. Paris, 1818.

Grant, Andrew. *History of Brazil, comprising a geographical account of that country, together with a narrative of the most remarkable events which have occurred there since its discovery; A Description of the Manners, Customs, Religion, &c. of the Natives and Colonists; interspersed with Remarks on the nature of its soil, climate, productions, and foreign and internal commerce. To which are subjoined cautions to new settlers for the preservation of health*. London, 1809.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial. O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 388, 1995. pp. 459-613.

___ & GLEZER, Raquel (orgs.). *Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878)*. Rio de Janeiro 2013.

GUIMARÃES, Manoel Luíz Lima Salgado. *Historiografia e nação no Brasil (1838-1857)*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2011.

Haußer, Christian. *Auf dem Weg der Zivilisation. Geschichte und Konzepte gesellschaftlicher Entwicklung in Brasilien (1808–1871)*. Beiträge zur Europäischen Überseegeschichte, vol. 96. Stuttgart, 2009.

HENDERSON, James. *A History of the Brazil: comprising its geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants, &c. &c. &c.* London, 1821.

IGLÉSIAS, Francisco. *Os Historiadores do Brasil: capítulos da historiografia brasileira* Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira; Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

KANTOR, Iris. *Esquecidos & Renascidos: historiografia acadêmica luso-americana (1724-1759)*. São Paulo: HUCITEC/Centro Estudos Baianos, 2004. (Estudos Históricas, vol. 55).

KIRSCHNER, Tereza Cristina. *Burke, Cairu e o império do Brasil*. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do estado e da nação*. São Paulo: Hucitec; Unijuí; Fapesp, 2003, pp. 677–696 (Estudos Históricos, vol. 50).

LIMA, José Ignacio de Abreu e. *Compendio de Historia do Brasil*. 2 tomos, Rio de Janeiro, 1843.

LISBOA, Balthazar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro, contendo a descoberta e conquista deste paiz, a fundação da cidade com a Historia civil e ecclesiastica, até a chegada d'El-Rei Dom João VI; além de noticias topographicas, zoologicas e botanicas*. 7 tomos, Rio de Janeiro, 1834–1835.

LISBOA, José da Silva. *Memoria dos beneficios politicos do Governo de El-Rey Nosso Senhor D. João VI*. Rio de Janeiro, 1818.

__. *Historia dos Principaes Successos do Imperio do Brasil dedicada ao Senhor D. Pedro I*, 2 tomos, Rio de Janeiro, 1826.

LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império. Portugal e Brasil: bastidores da política, 1798/1822*. Préfácio de Isabel Andrade Marson. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.

MARTIUS, Carl Friedrich Philipp von. *Como se deve escrever a Historia do Brasil*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1844. 2ª. Ed. 1865, pp. 389–411.

MÜCKE, Ulrich. *José da Silva Lisboa. Conservatism and liberalism between Europe and America*. In: Pieper, Renate & Schmidt, Peer (eds.). *Latin America in the Atlantic World. El mundo atlántico y América Latina (1500–1850). Essays in honor of Horst Pietschmann*. Köln; Weimar; Wien 2005, pp. 177-194.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *A História para Uso da Mocidade Brasileira*. In: Carvalho, José Murilo de (org.). *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 43-70.

OLIVEIRA, Josãe Joaquim Machado de. *Qual era a condição do sexo feminino entre os indigenas do Brasil?* In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. 1842, 2ª. Ed., 1863, pp. 168–201.

PAQUETTE, Gabriel. *José da Silva Lisboa and the vicissitudes of enlightened reform in Brazil, 1798-1824*. In: Paquette, Gabriel (ed.). *Enlightened Reform in Southern Europe and its atlantic colonies, c. 1750-1830*, Farnham, U.K., Burlington, VT 2009, pp. 361-388.

PINHEIRO, José Feliciano Fernandes. *Annaes da Capitania de S. Pedro*. 2 tomos, Lissabon; Rio de Janeiro 1819–1822.

__. *Historia nova, e completa da America, colligida de diversos authores, debaixo dos*

auspícios, e ordem de S. Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Lisboa, 1807.

PITA, Sebastião da Rocha. *Historia da America Portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos do seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro*. Lisboa, 1730.

PORTO ALEGRE, Manoel de Araujo. *Elogio dos socios do Instituto*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1844. 2ª. Ed., 1865, pp. 552–561.

PROTOCOLO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASIELIRO, 7. 3. 1840. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1840. 3ª. Ed., 1916, p. 153.

PROTOCOLO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASIELIRO, 19. 1. 1843. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1843, 2ª. Ed., 1863, p. 89.

REBELLO, Domingos José Antonio. *Corographia, ou abreviada historia geographica do imperio do Brasil*. Bahia, 1829.

ROMERO, Silvio Vasconcelos da Silveira. *História da Literatura Brasileira: ainda o romantismo*. 6ª. ed. São Paulo: Jose Olympio, 1960. .

SANCTOS, Luiz Gonçalves dos. *Memorias para servir á Historia do Reino do Brazil, divididas em tres epocas de felicidade, honra, e gloria; escriptas na corte do Rio de Janeiro no anno de 1821 e offerecidas a S. Magestade ElRei Nosso Senhor D. João VI*. 2 tomos, Lisboa, 1825.

SCHULTZ, Kirsten. *Tropical Versailles: empire, monarchy, and the Portuguese royal court in Rio de Janeiro, 1808–1821*. New York; Londres 2001.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. *Corografia Paraense ou descrição fisica, historica e politica, da Provincia do Gram-Pará*. Bahia, 1833.

__. *Memorias historicas, e politicas da Provincia da Bahia*, 7 tomos, Bahia 1835–1852. Southey, Robert. *History of Brazil*. 3 tomos, segunda edição, Londres 1822.

Um socio do Instituto Historico do Brazil, Natural de Sorocaba [Francisco Adolfo Varnhagen]. *Historia Geral do Brazil isto é do descobrimento, colonisação, legislação e desenvolvimento deste Estado, hoje imperio independente, escripta em presença de muitos documentos autenticos recolhidos nos archivos do Brazil, de Portugal, da Hespanha e da Hollanda*. Rio de Janeiro, 1854-1857.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *Primeiro Juízo*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 1844. 2ª. Ed., 1865, pp. 60–83.

WEHLING, Arno. *Estado, História e Memória: Varnhagen e a construção da identidade nacional*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fgronteira, 1999.

DOSSIÊ
“A História e sua Filosofia”

Dossier
“The History and his Philosophy”

Organizadores/ Organizers:
Aruanã Antonio dos Passos e Wellington de Lima Amorim